



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: A ESCOLHA DO DIRETOR

ELIANE CRISTINA DA COSTA

**BELO HORIZONTE
2013**



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: A ESCOLHA DO DIRETOR

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Andréa de Souza Boy do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

**BELO HORIZONTE
2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO

ELIANE CRISTINA DA COSTA

TÍTULO DA ANÁLISE

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 17 de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

Prof. Andréa de Souza Boy – Orientador

Prof^a. Eliane Cristina da Costa – Cursista

RESUMO

O presente texto procura apresentar as principais reflexões acerca da Gestão Escolar Democrática, levanta um questionamento quanto à forma da escolha do diretor e detalha os tipos mais comuns para a escolha deste. As formas de escolha do Diretor foram citadas de acordo com os relatos de colegas do Curso de Especialização em Gestão Escolar através de suas experiências em vários municípios distribuídos por todo o estado de Minas Gerais e embasado de acordo com a opinião de diversos autores também citados. Não há como se definir um tipo correto, capaz de sanar todos os problemas, porém, a eleição é vista como a forma mais democrática para a escolha do Diretor.

Palavras-chave: Gestão Escolar Democrática. Escolha do Diretor Escolar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1 – GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: A ESCOLHA DO DIRETOR.....	06
1.1 – PROBLEMA / ENTRAVE.....	06
1.2 – JUSTIFICATIVA.....	06
1.3 – FORMAS DE ESCOLHA DO DIRETOR	07
CONSIDERAÇÕES FINAIS	09
REFERÊNCIAS BLIOGRÁFICAS.....	11
ANEXO Projeto Político Pedagógico	13

INTRODUÇÃO

Gestão democrática pode ser definida como o processo político que possibilita aos indivíduos que compõem a comunidade escolar discutir, decidir e esquematizar. Através do processo supracitado é possível solucionar, controlar e avaliar problemas que contribuam para o incremento da escola. Enfim, para tal definição parte-se do conceito que o diálogo e o entendimento de que o sujeito interage e interdepende do outro se baseia na participação ativa de todos que fazem parte deste universo escolar. Para o sucesso desse processo faz-se necessário que todos respeitem as regras construídas em conjunto e que esteja resguardado o direito de acesso às informações da escola. Há que se tomar cuidado para que a busca por essa democratização não se transforme tão somente em uma organização dos espaços de representação. Para Nunes (1999, p. 39), quando se constrói ferramentas de democratização, tanto a organização da escola quanto da educação, muitas vezes cria-se instituições meramente “cartorárias”.

Vários mecanismos contribuem para que esta Gestão Escolar Democrática aconteça, porém não se pode afirmar que exista apenas um modelo capaz de solucionar todos os problemas. Dentre esses mecanismos relevantes alguns se destacam, como por exemplo, Conferência da Educação, Conselho Municipal da Educação, Conselho Escolar, Orçamento Participativo (na Educação), Associação de Pais, Grêmios Estudantis e Eleições de Dirigentes Escolares; Este último por sua vez, abre as portas para que todos os outros aconteçam, pois, esta direção precisa ser ocupada por via de escolha direta ou eleição de um profissional de educação capacitado e que possa conduzir a gestão possibilitando satisfação e uma educação de qualidade. É importante salientar que não é o simples fato da eleição do gestor ocorrer que está garantida a democratização, mas, este acontecimento contribui para efetivação do processo de participação.

Conforme relatado por Paro (1996, p. 130),

a aspiração de que com a introdução da eleição, as relações na escola se dariam de forma harmoniosa e de que as práticas clientelistas desapareceriam, mostrou-se ingênua e irrealista, posto que a eleição de diretores, como todo instrumento de democracia, não garante o desaparecimento de conflitos. Constitui apenas uma forma de permitir

que eles venham à tona e estejam ao alcance da ação de pessoas e grupos para resolvê-los.

Outro importante instrumento a se considerar na consolidação da gestão democrática, de acordo com Costa (2009), é a autonomia da escola na construção da proposta pedagógica, prevista na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, onde assegura a participação de alunos, pais, professores, funcionários, enfim toda comunidade escolar interessada.

1 – GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: A ESCOLHA DO DIRETOR

1.1 – PROBLEMA / ENTRAVE

No PPP analisado, a direção ainda ocorre por meio de indicação, tendo por base questões políticas e mesmo sendo levado em consideração, para a escolha, o trabalho feito por diretores dos anos anteriores, me pergunto até que ponto a escolha desse diretor sem um processo eleitoral, interfere na gestão escolar democrática efetiva.

1.2 – JUSTIFICATIVA

No PPP, em anexo, que é um documento norteador, consta que a cidadania adquirida pelo indivíduo o coloca diante do que ocorre no seu meio. E cita que o objetivo da escola “é buscar melhorias na qualidade do ensino; formar cidadão crítico, participativo, competente na construção do conhecimento e entrelaçar o vínculo escola e família. Assim, é necessário o estabelecimento de um clima de diálogo, de cooperação, de negociação na tomada de decisão de todos os aspectos que afetam a vida escolar”.

A escolha do tema “Gestão Escolar Democrática: A escolha do diretor” para apresentação deste trabalho está embasada nas opções possíveis para a escolha deste gestor e em como essas formas contribuem ou prejudicam para a Gestão Escolar Democrática de fato.

1.3 – FORMAS DE ESCOLHAS DE DIRETOR

Verifiquei que a questão Gestão Democrática e Escolha do Diretor acontecem ou são tratadas de formas diversas.

Existem escolas onde não ocorre essa Gestão Democrática e a escolha do diretor acontece apenas por indicação política; existem outras onde se acredita ocorrer a Gestão Democrática, porém, não existe a eleição para a escolha do diretor que também acontece também por indicação política. Nos casos onde a escolha do diretor acontece através da indicação política, os benefícios só existem para os representantes do poder público, uma vez que este diretor nomeado serve e defende os interesses de quem lhe deu o cargo. Como pontos negativos podem ser apontados, em alguns casos, como por exemplo, além da falta de formação, capacitação e conhecimento para o bom desempenho da função, a falta de compromisso em atender a comunidade escolar. Quando ocorre essa nomeação pelo poder público, o diretor tende a ceder às ordens de seus superiores, mesmo não concordando com a ação, pois busca permanecer no cargo, e dessa forma o diretor acaba “cumprindo ordens”, de acordo com Dourado (apud PARO, 2003, p.14)

ao se tomar o diretor como representante do Poder Executivo, fica imobilizada a abertura de canais legítimos de participação, à medida em que o diretor prescinde do respaldo da comunidade escolar, trabalhando, pois, numa situação em si, instrumentalizadora de práticas autoritárias.

Existem municípios onde ocorre essa Gestão Democrática e a escolha do diretor acontece tendo por base a competência, a capacidade e conhecimento que são verificados através de avaliação, ou seja, através de concurso e estes candidatos selecionados, são então, submetidos ao processo eleitoral onde toda a comunidade escolar participa da escolha. Nessa situação, o mandato da gestão tem uma duração determinada e de tempos em tempos o processo para a eleição se repete. Nesses casos em que a escolha do diretor acontece através de concurso e eleição, ou seja, de forma mista, é possível destacar como benefício, além do conhecimento e habilitação para desempenho da função, o exercício da democracia com a participação da comunidade escolar no processo eletivo; O ponto negativo a

se considerar e que este processo de avaliação / concurso, reduz as possibilidades de escolha pela comunidade.

Segundo Vasconcellos (2002, p. 61). O diretor “deve se capacitar, buscar crescer, se fortalecer também no conhecimento, para enfrentar os conflitos do cotidiano de maneira mais qualificada e produtiva”. (idem). Conforme expresso por Falcão Filho (1991, p. 14),

a competência profissional do diretor implica, em primeiro lugar, o domínio de um saber que permita o desempenho das funções a ele destinadas na escola; em segundo, pressupõe que ele tenha uma visão relativamente integrada e articulada dos aspectos relevantes mais imediatos de sua própria prática, ou seja, um entendimento das múltiplas relações entre os vários aspectos da escola; em terceiro lugar, o diretor precisa ter não somente a compreensão das relações entre o preparo técnico que recebeu, a organização da escola e os resultados de sua ação, como também uma percepção abrangente e profunda das relações entre a escola e a sociedade.

Existem também escolas onde a escolha do diretor acontece simplesmente através de processo eletivo e este se torna um representante legítimo da comunidade, pois de acordo com o que é determinado para a eleição no que se refere ao período de vigência do mandato, por exemplo, não existe a possibilidade de este diretor ser demitido por seu superior. Essa forma de escolha ainda contribui para a Educação de Qualidade, pois este terá o período de vigência de mandato para a realização de uma boa gestão, sem se preocupar em ter seu mandato interrompido por demissão, o que possibilita concluir seus projetos para o período. Além dos benefícios citados acima, é possível também destacar como pontos positivos a capacidade que este sistema eletivo tem em neutralizar as práticas embasadas no clientelismo e no favorecimento pessoal, também há que se considerar o favorecimento da vivência democrática com envolvimento de toda comunidade escolar, outro fato a ser pontuado é a possibilidade que outros professores tenham acesso ao cargo. Como ponto negativo é possível citar a dificuldade de este novo diretor ter acesso aos órgãos centrais do sistema escolar como referido por Castro et al.:

"Quando o sistema era clientelístico, o diretor era escolhido com base em critérios políticos e tinha uma forma de relacionamento baseada nesta indicação política. Com a eleição de diretores, isto se modifica e o velho sistema entra em desuso, mas uma nova forma de relacionamento está em processo de formação e assim o diretor eleito tem muito menos acesso às fontes de poder - à Secretaria de Obras do Estado e aos contactos políticos tradicionais. O diretor eleito enfrenta, além de todas as dificuldades inerentes à função, a de construir uma nova forma de relacionamento com

os órgãos superiores num breve período de mandato." (Castro et al., 1991, p. 101)

Outra forma existente para a escolha do diretor é através do concurso público simplesmente; neste sentido não consigo visualizar pontos positivos, a não ser simplesmente para o concursado que tem a possibilidade de escolher sua escola, mas, a escola não escolhe seu diretor, um ponto negativo a se considerar nesta forma de escolha é o fato de que este concurso isolado, sem a junção com uma eleição, é que o compromisso deste diretor é também com quem esta no poder, pois o concurso não estabelece vínculos com a comunidade escolar e sim com o Poder Público.

De acordo com Padilha (1998, p. 70), embasando-se em Paro (1998), diz que a eleição é a forma mais democrática, pois a indicação acaba sendo tendenciosa mesmo quando há participação da comunidade. O concurso é democrático para os candidatos, pois este escolhe a escola, mas a escola não escolhe o diretor. No esquema misto, a comunidade tem seu poder de decisão reduzido pelos processos de avaliação dos candidatos. No processo eletivo, a experiência tem revelado que a discussão democrática é estimulada, *"implicando maior distribuição do poder para as instâncias da base da pirâmide estatal"*.

A escolha do diretor escolar através de eleição e com a participação da comunidade, vem crescendo e consolidando como estrutura e esta intrinsecamente ligada à democratização da educação e da escola pública esta também garante participação das famílias neste processo de gestão escolar (Parente, Lück, 1999, p. 37).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a comunidade escolar tem a possibilidade de escolher seu diretor, há uma maior chance de acerto nesta escolha.

Quando ocorre a indicação política estamos sujeitos muitas vezes a profissionais despreparados, talvez sem habilidade e experiência para desempenhar tal função.

A diversidade de ferramentas na procura de expandir a participação de todos beneficia o aprendizado no que se refere à gestão democrática. Para que essa democracia ocorra de fato, um belo exercício da educação para a cidadania é a eleição de diretor.

No PPP analisado, a direção ocorre por meio de indicação política, esta forma não contribui para o processo de gestão democrática, uma vez que a comunidade escolar não tem possibilidade de escolha e muitas vezes esse diretor tende a servir apenas aos interesses do seu superior, de quem lhe deu o cargo e não aos anseios da comunidade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) N.º 9394/96.** Brasília: MEC, 1996

CASTRO, Marta Luz Sisson de et al. (1991). Eleição de diretores: a experiência do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Administração da Educação**, Brasília, ANPAE, v. 7, n. 1 e 2, p. 101.

COSTA, VilzeVidotti. **O trabalho do pedagogo nos espaços educativos.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

FALCÃO FILHO, J. L. Exercícios de direção. In: **AMAE Educandon.** 223, out 1991, p. 14.

FREITAS, Katia Siqueira. **Uma Inter-relação: políticas públicas, gestão democrático-participativa na escola pública e formação da equipe escolar.** Gestão democrático-participativa. Brasília, 2000 p 49,50.

LÜCK, Heloísa. **Mapeamento da descentralizaçãoda educação brasileira nas redes estaduais do ensino fundamenta.**Brasília : Ipea/Consed, 1999.

LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores,** Formação de Gestores Escolares. Brasília, 2000 p. 28 – 30.

NUNES, A. C. Gestão democrática ou compartilhada? Uma (não) tão simples questão de semântica.**Revista Caderno Pedagógico**, nº 02, março/99. Curitiba: APP-Sindicato, 1999, p. 37-40.

PADILHA, P. R. **Diretores e gestão democrática da escola.** In: BRASIL, Ministério da Educação edo Desporto **Salto para o futuro: construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico.**,Brasília: MEC, 1998. p. 67-78.

PARO, Vitor Henrique. *Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia*. Campinas, SP : Papyrus, 1996.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Eleição de diretores**: a escola pública experimenta a democracia. São Paulo: Xamã, 2003.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano de sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**ELIANE CRISTINA DA COSTA
GILETE MENDONÇA FREITAS FIALHO
GLAUCIA MARTINS DE SOUSA
GLAUCI FONSECA OVIDIO**

**BELO HORIZONTE
2013**



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

ESCOLA MUNICIPAL DERALDO JOSÉ DE SOUSA

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Andréa de Souza Boy do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2013**

SUMÁRIO

1 – Introdução.....	03
1.1- Justificativa.....	05
2 – Finalidades da Escola.....	06
2.1 – Princípios, visão, missão e objetivos da escola.....	08
3 – Estrutura Organizacional.....	09
3.1 – Estrutura Administrativa.....	09
3.1.1 – A direção.....	10
3.1.2 – Supervisão pedagógica.....	11
3.1.3 – Secretaria.....	11
3.1.4 – Corpo docente.....	11
3.1.5 – Corpo discente.....	12
3.1.6 – Serviços gerais.....	12
3.2 – Organização Pedagógica.....	12
4 – Currículo.....	15
5 – Tempos e Espaços Escolares.....	15
6 – Processos de Decisão.....	17
7 - Relações de Trabalho.....	19
8 – Avaliação.....	21
9- Considerações finais.....	24
10 - Referências Bibliográficas.....	26

1 – INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Deraldo José de Sousa está situada à Rua Mangueiras nº 135, no Bairro Botafogo - 2ª seção - Justinópolis – Ribeirão das Neves – MG – CEP 33902-380 - Telefone- (31)3638.5769 Fax (31) 3638.5769.

A escola foi criada pelo Decreto nº 3193/2009 e fundada em 1997 através da Lei Municipal nº 1973/97 com o nome de “Centro de Educação Infantil Municipal do Bairro Adriana” e começou suas atividades em 13 de agosto de 1997.

Oferece o Ensino Infantil (Pré-escola) e o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), funcionando nos turnos Manhã e Tarde.

No ano de 1999 foi adquirido um prédio próprio localizado a Rua Inhaúma nº 167 Bairro Botafogo 2ª seção. Em 13 de julho de 1999, através da lei nº2254/99 passa a se chamar Escola Municipal Dina Maria de Oliveira homenageando a senhora Dina Maria de Oliveira que juntamente com seu esposo, empreendeu os maiores esforços no sentido de conseguir melhores condições de vida para a pequena comunidade da qual fazia parte atuante.

A senhora Dina Maria de Oliveira trabalhou muito com todo o povo para conseguir junto ao prefeito da cidade de Pedro Leopoldo e o governador do Estado a construção da primeira escola primária de Campanha (hoje Justinópolis) Escola Estadual Professor Guerino Casassanta, permanecendo assim até o ano de 2009 quando seu nome foi alterado novamente para Escola Municipal Deraldo José de Sousa homenageando o avô do Senhor Vereador Joaquim Vital, morador antigo do Bairro e atuante nos serviços sociais, sendo assim modificado pela lei nº 3193/2009 e transferida a sede para a Rua Mangueira nº 135 no Bairro Botafogo 2ª seção, funcionando em um prédio alugado, porém com infraestrutura suficiente para acomodar a demanda do bairro. Foi criado o anexo da escola no prédio próprio à Rua Inhaúma nº 167 no mesmo Bairro onde funciona a creche da instituição.

A escola atende hoje uma maioria de alunos que pertencem à classe menos favorecida da sociedade

A escola possui ambientes específicos para cada atividade realizada, como: biblioteca; quadra de esporte e Educação ambiental: Plantação de horta e jardim.

As atividades extraclasse: jogos estudantis realizados pelo município, mas que a primeira fase é realizada parte na quadra coberta parte na que não é coberta

conforme a necessidade, a feira de cultura que é realizada no pátio coberto da escola, a feira cultural e a festa junina são realizadas na quadra coberta da escola. Pretendemos uma escola democrática, acessível e compartilhada, na qual todos colaborem nas decisões e construções com espaço para um novo pensamento de igualdade e inclusão.

Para alcançar os objetivos propostos alguns princípios como zelo pelo desenvolvimento do educando, valorizando os múltiplos aspectos que constituem o ser humano integral: aspectos físicos, intelectuais e espirituais, vínculo entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais, religiosas, culturais, raciais e econômicas; bem como a valorização do aprender a conviver, inclusive da atividade grupal de forma responsável e ativa, e articulando escola-família-comunidade.

Discutir o processo de construção coletiva do [Projeto Político Pedagógico](#) (PPP) num cenário de transformações da sociedade contemporânea é de suma importância, visto que a escola vem sendo questionada acerca de seu papel diante as transformações sociais, políticas e econômicas.

Assim, o [Projeto Político Pedagógico](#) é um grande instrumento para concretização dos objetivos e anseios esperados pela comunidade escolar e constitui também, um caminho norteador para esta realização.

Desta forma a prática educativa viabilizará através da interação professor-aluno, transcendendo o espaço da sala de aula, constitui-se também numa prática social participativa, reflexiva, competente e criativa. Por isso, é fundamental que professores e funcionários tenham uma visão clara de mundo, de sociedade e uma filosofia de educação explícita que lhes permitam reconhecer que seu compromisso com o educando não se restringe aos conteúdos, mas que há também um compromisso político.

É neste sentido que a Escola Municipal Deraldo José de Sousa tem como tarefa primordial assumir um padrão de qualidade e liderar a efetivação da gestão democrática no âmbito de suas atribuições, visto que, é preciso pensar que uma efetiva democratização das relações no interior da escola pode contribuir também para a democratização da sociedade.

Isto nos faz pensar que, para termos a participação de todos e que esta seja realidade, são necessários meios e condições favoráveis à participação de toda comunidade escolar e que todos opinem em relação à elaboração do PPP, discutam

os assuntos relacionados à melhoria do ensino, pois, a necessidade de participação das famílias nos assuntos da escola constitui um fato de suma importância para consolidar a gestão democrática.

Sob esta ótica, o objetivo da escola é buscar melhorias na qualidade do ensino; formar cidadão crítico, participativo, competente na construção do conhecimento e entrelaçar o vínculo escola e família. Assim, é necessário estabelecimento de um clima de diálogo, de cooperação, de negociação na tomada de decisão de todos os aspectos que afetam a vida escolar.

Desta forma, acreditamos na gestão democrática, que dá condições de todos dialogarem, de se expressarem e dizerem o que é melhor para nossos alunos. Enfim, envolver-se plenamente no processo.

1.1- JUSTIFICATIVA

O Projeto Político-Pedagógico é um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola na busca de alternativas viáveis às soluções, por meio dos membros da comunidade escolar, equipe pedagógica e administrativa, efetivando assim uma prática democrática e participativa da escola.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) sancionada no dia 20 de dezembro de 1996, de acordo com Secretaria de Educação a Distância (MEC/SEED, 1998, p. 11) determina que.

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência, entre outras, de elaborar e executar sua proposta pedagógica (...), articular-se com as famílias e a comunidade (...), e prestar contas e divulgar informações referentes ao uso de recursos e a qualidade dos serviços prestados.

A Proposta Político Pedagógica desta instituição objetiva uma escola onde o conhecimento seja construído, baseando-se na formação de sujeitos pensantes que sejam capazes de aprender, ensinar e raciocinar de forma igual. Onde as crianças com necessidades especiais não se sintam excluídas e sim parte importante do todo. Constatamos que este é um momento histórico, onde mais que querer fazer é necessário acertar.

A nova LDB nº 9394/96, abrange intenções e buscas efetivas para atuação de maneira consciente, em direção a essa nova ordem mundial, onde tudo é necessariamente dinâmico e atualizado. Tendo em vistas é de extrema urgência a construção do Projeto Político Pedagógico, para direcionar os trabalhos pedagógicos dessa instituição, respeitando e considerando sempre os saberes trazidos por cada aluno. Sabendo que o documento sozinho não muda opiniões e sim direciona pessoas, mas pode alterar e muito a realidade vivida na escola. E a eficácia dele depende do compromisso de todos os envolvidos. Faz-se necessária a participação da comunidade que quando envolvida torna ainda melhor a qualidade dos projetos apresentados.

Depois de muitas reuniões promovidas e com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar e após a análise dos questionários aplicados nos dois turnos de trabalho da escola e respondidos pelos pais de alunos e membros da comunidade escolar, funcionários e pedagogos chegou-se a conclusão que o PPP não deveria ser apenas informativo, deverá integrar e oferecer um currículo respeitoso e justo sem preconceitos de qualquer natureza.

A população em torno da escola é de famílias de classe social baixa, que sobrevivem com pouco mais de um salário mínimo. A maioria trabalha em Belo Horizonte. A escolaridade é mínima - ensino fundamental incompleto. As famílias, na sua maioria, são constituídas de mãe, filhos, avós instalados em casas pequenas. Algumas destas famílias são beneficiadas pelo programa assistencial do governo “o Bolsa-Família”.

2 – FINALIDADES DA ESCOLA

Em nossa escola sabemos o quanto é importante estarmos trabalhando dentro da Lei (nº) 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e é através dela que somos obrigados a transmitir uma educação de qualidade para nossos alunos.

Neste sentido, a concepção filosófica de educação dentro da escola é centrada no aluno enquanto cidadão, inserido num processo constante de

construção de conhecimento com práticas pedagógicas que propiciem capacitá-lo para o exercício da cidadania.

É importante destacar que a escola ensina aos alunos os valores éticos e culturais, direitos e deveres que devem ser cumpridos pela lei, através de aulas interdisciplinares, buscando alcançar o atendimento das expectativas manifestadas pelo coletivo dos alunos.

Educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes (BRASIL, 1998).

Em relação com o momento histórico colocado a nós dentro do contexto educativo, que nos remete a contemplação das várias diversidades do homem moderno. A escola busca destacar os papéis de professores e alunos criando um alicerce forte de conhecimento.

Segundo a teoria freiriana, “só à medida que o ser humano, integrado em seu contexto, reflete sobre ele e se compromete com as possibilidades escolhidas, chega a ser sujeito, podendo construir-se e construir também a história.” (Ilda Damke, p.106).

É dever da escola proporcionar a valorização do indivíduo e o fortalecimento da educação recebida por ele, tornando-o um sujeito seguro de auto estima elevada que busque seu desenvolvimento e potencial, respeitando diferenças e valores e capaz de buscar seu próprio sucesso e conscientes de todos os seus direitos e deveres.

Segundo Freire, (1997) “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”.

Pensando assim, professores e profissionais precisam buscar conhecimento e embasamento teórico atualizando-se de maneira constante na área que atua.

2.1 Princípios, visão, missão e objetivos da escola

A escola tem as seguintes concepções a respeito de:

Sociedade é um conjunto de seres que vivem de forma organizada e podem ser diferentes, mas vivem dentro de normas e valores cada um exercendo seu papel.

Aluno é o sujeito ativo no processo de ensino - aprendizagem. Capaz de transformar o meio.

Missão: promover uma educação de qualidade para a formação plena do cidadão e sua inclusão na sociedade.

Visão: Ser uma escola de Referência pela qualidade em educação.

Objetivo Geral: Valorizar a educação e utilizá-la como ferramenta para a valorização humana e social, proporcionando uma educação de qualidade e de parcerias, priorizando o coletivo e o bem estar de todos.

Objetivos Específicos:

Valorizar a diversidade, criando oportunidades ao o educador, de forma a beneficiar cada vez mais o educando.

Aproveitar vivências anteriores dos educandos.

Discutir e informar temas diversos e polêmicos para serem discutidos em sala de aula.

Incentivar os valores, de modo a propiciar respeito ao próximo.

Incentivar a liberdade de expressão.

Despertar o senso de responsabilidade em cada educando e educador.

Metas

As ações devem ser executadas por todos os profissionais conforme as necessidades encontradas no dia a dia da instituição.

Questões pedagógicas deverão ser realizadas em reuniões previamente definidas com toda a equipe pedagógica, assim como as questões administrativas e resolvidas o mais rápido possível.

Palestras e cursos sobre inclusão, feitas pela secretaria de educação juntamente com a direção da escola, parcerias com instituições e participação de todos os membros da comunidade escolar, durante todo o ano.

A Escola Municipal Deraldo José de Sousa crê que a cidadania adquirida pelo indivíduo o posiciona diante do que ocorre ao seu redor, e a sua capacidade de conviver socialmente com outros grupos o torna único e provedor da sua própria

história e consciência em relação ao seu espaço, sentimentos e emoções, posicionando criticamente diante do que acontece ao seu redor.

Acreditamos ainda na democracia com arma fundamental para a igualdade tão sonhada por todos, buscando desenvolver no educando sua autonomia.

O conhecimento é adquirido através do envolvimento das dimensões cognitivas, biológicas, culturais e sociais.

Todos os projetos educacionais desenvolvidos na escola contam com a participação de todos os professores, pedagogos e direção e o processo é contínuo e supervisionado.

Acreditando que a família tem um papel fundamental, e nesse sentido ela tem vasto acesso ao corpo docente e a administração da escola que valoriza sua participação nos eventos e conselhos escolares.

3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1. Estrutura Administrativa

A escola funciona em um prédio que é dividido em três blocos, a saber:

No primeiro funcionam a secretaria, a direção, a supervisão, o refeitório, a cozinha, a copa, e os banheiros de funcionários.

No segundo funcionam seis salas de aula, dois banheiros de alunos.

No terceiro bloco funciona a biblioteca que possui em seu acervo livros didáticos, literários, CDs, DVDs, um aparelho de micro system, um microfone e uma caixa acústica., oriundos do FNDE, PME e PDDE, estes de uso de professores e alunos. As turmas de 1º ao 9º ano fazem uso de livros didáticos de Português e Matemática

No que se refere aos recursos físicos e didáticos da escola, a sede conta com um aparelho de DVD dois aparelhos de TV 29', um computador duas impressoras sendo uma multifuncional.

Tem também um aparelho de fax, telefone, máquina fotográfica, cinco computadores para sala multifuncional e uma impressora oriundos do MEC e que ainda não são utilizados, pois, ainda não temos instrutor de informática.

A equipe administrativa da escola é formada pela direção, supervisão pedagógica, secretaria, corpo docente, corpo discente, serviços gerais, que desempenham as seguintes funções no exercício de seus respectivos cargos:

3.1.1- A Direção

A Escola Municipal Deraldo José de Sousa será dirigida por um diretor, cujas atribuições e deveres são ser articulador pedagógico e administrativo da escola buscando alcançar, segundo o Regimento Escolar, as seguintes proposições:

- dirigir e presidir todas as atividades e serviços escolares, responsabilizando-se por seu funcionamento;
- representar o estabelecimento, responsabilizando-se por seu funcionamento.
- convocar e presidir os serviços da secretaria;
- promover o intercâmbio entre os alunos, seus responsáveis, professores e supervisores;
- estabelecer normas disciplinares e de funcionamento;
- promover as comemorações de datas cívicas, festivas ou sociais e o cumprimento dos deveres comunitários do Estabelecimento;
- responder por quaisquer recursos destinados;
- fazer cumprir o calendário escolar e responsabilizar-se por todos os livros de escrituração do estabelecimento.
- divulgar e assegurar o exato cumprimento das normas constantes neste Regimento.

3.1.2 – Supervisão Pedagógica

A supervisão pedagógica funcionará de forma regular conforme as necessidades, e ainda por meio de reuniões especiais. São competências do supervisor:

- coordenar o planejamento e implementação do projeto pedagógico da escola tendo em vista as diretrizes da Proposta Pedagógica da Escola;
- participar da elaboração da Proposta Pedagógica da Escola;
- delinear com os professores o projeto pedagógico da escola, explicitando seus componentes de acordo com a realidade escolar;

- coordenar a elaboração do currículo pleno da escola, envolvendo a comunidade escolar;
- assessorar os professores na escolha e utilização dos procedimentos as necessidades dos métodos e materiais de ensino;

3.1.3 – Secretaria

O serviço de Secretaria está subordinado à direção da escola e é encarregado do serviço de escrituração e registro escolar, de pessoal, de arquivo, fichário e preparação de correspondências do estabelecimento. Compete ao serviço de secretaria:

- Supervisionar a expedição e tramitação de qualquer documento ou transferência assinando, conjuntamente com o diretor as declarações, as transferências, os históricos escolares e outros documentos fiscais.
- manter atualizadas as pastas e registros individuais dos alunos e de pessoal
- evitar o manuseio, por pessoas estranhas ao serviço, bem como a retirada de documentos.

3.1.4 - Corpo Docente

Compete ao professor:

- receber com ética a classe e o turno determinados pelo diretor em consonância com a Secretaria Municipal de Educação levando-se em consideração a sua avaliação de desempenho;
- apresentar-se periodicamente as atividades feitas pelos alunos;
- corrigir as atividades feitas pelos alunos;
- promover a organização e funcionamento de atividades extraclasse;
- assistir o recreio de sua classe, acompanhando-a a entrada e saída da sala;

3.1.5 – Corpo Discente

O corpo discente é constituído de alunos, regularmente matriculados no estabelecimento de ensino, que tem os seguintes direitos:

- organizar e participar de associações com finalidade educativa podendo votar e ser votado;

- ser tratado com respeito por todo o pessoal da escola;
- receber assistência educacional de acordo com as suas necessidades;

Constituem deveres do discente:

- contribuir, no que lhe couber, para o prestígio do estabelecimento.
- desempenhar todas as atividades escolares em que se exigir sua participação;
- abster-se de atos que perturbem a ordem, ofenda os bons costumes ou importem desacato às leis, às autoridades ou aos professores e aos funcionários.

3.1.6 – Serviços Gerais

Compõem os serviços gerais da instituição escolar tanto os funcionários de limpeza quanto as cantineiras.

Às funcionárias da limpeza compete deixar o estabelecimento limpo, de acordo com as normas da escola.

As cantineiras devem preparar a merenda para os alunos, zelando pela boa ordem e higiene da cozinha e do depósito de merenda.

3.2 – Organização pedagógica

O atendimento pedagógico é feito nos dois turnos, são 02 pedagogas, uma atuando no turno da manhã e outra à tarde. As especialistas coordenam os planejamentos, projetos, ciclos de estudos, reuniões e fazem acompanhamento junto com os professores sobre a aprendizagem dos alunos.

A Escola Municipal Deraldo José de Sousa atende hoje:

1- Educação Infantil: 1º e 2º períodos – 6 turmas, sendo 18 alunos no mínimo, por turma e no máximo 22. Cada turma tem 01 professora.

2- Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano – 6 turmas, sendo 25 alunos no mínimo por turma e no máximo 35. Cada turma tem 01 professora.

3- Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano – 6 turmas, sendo 35 alunos no mínimo por turma e no máximo 40. Sendo 11 disciplinas e um professor para cada disciplina.

A Educação Infantil e o Ensino Fundamental (anos Iniciais) consideram as interações sociais no contexto escolar e a interferência do professor na produção do conhecimento, propiciando o diálogo, a cooperação e a troca de informações para que o aluno possa compreender a sociedade na qual vive através de sua história, sua cultura, relações de classes, modo de produção e perspectivas de transformação pela vivência dos valores que obtemos: a vida, a liberdade, a justiça, a paz, a solidariedade, a fraternidade e a transcendência.

Com relação ao Ensino Fundamental (anos Finais), a escola prima pela sequência harmônica de todo um trabalho de qualidade desenvolvido na Educação Infantil e Ensino Fundamental e vem reafirmar que a nossa escola busca exercer sua função social de garantir a todos, condições de viver plenamente a cidadania, cumprindo seus deveres e usufruindo dos seus direitos propiciando a seus alunos o sucesso escolar. Oferecemos uma educação baseada nos princípios éticos e morais, trabalhando com projetos visando desenvolver além dos conteúdos os valores humanos, buscando preparar nossos alunos para enfrentar os desafios que a vida oferece, com informações contextualizadas, instigando a curiosidade, a pesquisa, o debate, o espírito crítico, a autonomia e a criatividade em suas ações, para tal, trabalham-se com encaminhamentos pedagógicos definidos para os quatro anos desta etapa de ensino.

No que se refere aos projetos de trabalho, a escola tem adotado a metodologia de projetos, pois vê nessa estratégia uma das formas para dinamizar o processo educacional, visando tornar a aprendizagem mais interessante, significativa, real e atrativa.

Nesta perspectiva, os projetos são definidos pelos professores, especialistas, direção e Secretaria Municipal de Educação.

Projetos desenvolvidos pela Escola:

Datas Comemorativas: Carnaval, Páscoa, Semana da Criança, Natal.

Festa da família

Semana do Trânsito

Meio Ambiente

Projeto de Intervenção Pedagógica Alfabetização e Matemática, que atende aos alunos do 1º ao 9º de manhã e à tarde, e serão realizados durante as avaliações diagnósticas.

Projetos desenvolvidos pela SMED:

Palestras sobre inclusão, seminários de Educação, cursos de capacitação de professores, pedagogos e Gestores e os Jogos Estudantis do Município.

Semana Literária.

Cultura Afro brasileira.

Projetos desenvolvidos por parceiros:

AMR (Associação Mineira de Reabilitação)

Palestras e práticas sobre Paralisia Cerebral.

Quanto à participação da família e a comunidade é feita através de palestras, reuniões e comemorações.

Para solucionar as dificuldades enfrentadas no cenário educacional, são firmadas parcerias para acompanhamento social envolvendo Psicólogo, Assistente Social, Ministério Público, Conselho Tutelar, Dentistas e Agentes Comunitários. Com relação aos professores, estes são capacitados regularmente com parcerias do MEC, oferecendo cursos de Pró-letramento e alfabetização.

No interior da escola o atendimento é individualizado com assistência do professor recuperador, desenvolvendo projetos de leitura pelo bibliotecário. A merenda e o transporte escolar são parceiros essenciais para erradicar a evasão escolar. Periodicamente os professores, supervisores e diretores reúnem na escola para planejamento, avaliação do aluno e auto avaliação das metodologias aplicadas, na busca da qualidade do mesmo.

4 – CURRÍCULO

De acordo com Souza (2006), existe uma pluralidade de definições de currículo na literatura educacional, cada uma delas pressupondo valores e

concepções diferentes de educação. Não se trata de escolher a melhor definição, a mais divulgada ou aquela que é reconhecida por alguma comunidade acadêmica ou científica.

Um currículo para a formação humana precisa ser situado historicamente, ser sempre novo, não ser limitado para o conhecimento relacionado às vivências do aluno, às realidades regionais, ou com base no assim chamado, conhecimento do cotidiano.

Este currículo necessita estar a serviço da diversidade. Por isso, precisamos ter cuidado de não estarmos excluindo os alunos ao elaborarmos o nosso currículo. Ele precisa ser consistente e hoje os próprios professores já estão pedindo por mudanças.

São duas as estratégias de planejamento necessárias na qual obtemos na escola: bimestral e diário.

Bimestral: Prevê exercícios avaliativos dos conteúdos curriculares como: Matemática, português, ciências, geografia e ensino religioso.

Diários: As atividades serão feitas dia a dia, observando os objetivos, os recursos didáticos, as atividades extraclases ou fora do ambiente escolar.

5 – TEMPOS ESCOLARES

Planejamento é uma forma de organizar o tempo escolar, pois só temos duzentos dias letivos para que todo o conteúdo seja visto de forma plena.

Segundo Elias (1998, p. 12), o enredamento da abordagem teórica do tempo se aplica ao fato de o tempo constitui uma relação e não um fluxo objetivo: “(...) não basta fazer do tempo um objeto, tanto da sociologia como da física ou em outras palavras, como muitas vezes se faz, contrastar um tempo ‘social’ com um tempo ‘físico’”. O tempo é um conjunto de relações entre diferentes dimensões que compõem um determinado contexto histórico.

Segundo Santos (2009), o currículo escolar está impregnado e modelado por ideologias. Então, as ideologias dominantes nos conteúdos curriculares refletem as formas ideológicas dominantes na cultura de uma sociedade, mas o fato de ser

dominante indica que existem outras ideologias com as quais deve concorrer para manter-se. Tal concorrência cotidianamente, no interior das relações sociais. É neste sentido que a seleção dos conteúdos curriculares não pode ser adequadamente compreendida senão como um processo no qual participa todo o conjunto da sociedade, com mais ou com menos poderes, ou com maior ou menor consciência, pois selecionar, classificar, distribuir e avaliar conhecimentos põe em ação as múltiplas representações que percorrem os espaços culturais e não somente aquelas elaboradas pelos grupos dominantes.

De acordo com Pinto (2001:60) “O tempo - uma das variáveis mais importantes da organização escolar – acaba por interferir e condicionar definitivamente o modelo de intervenção didáctica que se pretende implementar no seu dia-a-dia”.

Visando o melhor aproveitamento desses dias, eles são distribuídos da seguinte forma:

No turno da manhã as aulas começam as 07h00minh e vão até as 11h35minh,

No turno da tarde o início é as 13h00minh e o término as 17h35min.

Em cada bimestre são distribuídos 25 pontos, totalizando 100 pontos.

60% da pontuação são distribuídos como atividades desenvolvidas no decorrer do bimestre, inclusive os aspectos relacionados à participação e ao desenvolvimento do aluno e 40% são exercícios avaliativos.

Não há retenção do aluno do 1º para o 2º ano exceto por infrequência (LDB nº9394/1996art. 24, inciso VI – frequência inferior a 75% da carga horária letiva anual exigida).

A escola não possui o 2º ano e as crianças são encaminhadas às escolas estaduais ou municipais mais próximas que possuam o referido ano.

A Escola Municipal Deraldo José de Sousa crê que a cidadania adquirida pelo indivíduo o posiciona diante do que ocorre ao seu redor, e a sua capacidade de conviver socialmente com outros grupos o torna único e provedor da sua própria história e consciência em relação ao seu espaço, sentimentos e emoções, posicionando criticamente diante do que acontece ao seu redor.

O conhecimento é adquirido através do envolvimento das dimensões cognitivas, biológicas, culturais e sociais.

Todos os projetos educacionais desenvolvidos na escola contam com a participação de todos os professores, pedagogos e direção e o processo é contínuo e supervisionado.

Acreditando que a família tem um papel fundamental, e nesse sentido ela tem vasto acesso ao corpo docente e a administração da escola que valoriza sua participação nos eventos e conselhos escolares.

Os espaços físicos são utilizados de forma sistemática e contínua, como a biblioteca, quadra e sala de vídeo. Os planejamentos são feitos pelos professores e avaliados pelas pedagogas. Existem dias de módulos para resolver as situações mais confusas, tirar dúvidas e o que mais o pedagógico necessitar.

A escola é regular e não possui atendimento em tempo integral, e ainda não é atendida pelo programa Escola Aberta.

6 - PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal Deraldo José de Sousa planeja suas decisões de forma coletiva e democrática, sendo aberta para discussões e debates; priorizando sempre a presença de pais, professores, alunos e, quando necessário, da comunidade local, para resolvermos assuntos relacionados à educação dos alunos.

Para alcançarmos tal objetivo, a metodologia utilizada pela escola está pautada na autonomia dos professores, em relação às decisões da escola, sempre em busca de uma boa convivência no espaço escolar. Para isto, a organização se fundamenta em critérios que garantem o atendimento aos alunos no processo de aprendizagem, respeitando as diferenças individuais sem nenhuma discriminação, abordando questões relativas aos direitos e deveres dos alunos.

A intertransculturalidade supõe uma educação que trabalha com as diferentes diferenças e com as múltiplas semelhanças culturais, visando a todo tipo de inclusão e às interações e interconexões de experiências educacionais que acontecem na escola, na comunidade, no município, mas também com o que se passa no planeta, com ênfase à diversidade cultural. A educação e o currículo intertranscultural contribuem para fundamentar e problematizar criativamente processos educacionais que estimulem a criação de espaços e de tempos para o diálogo interativo e

comunicativo no processo educacional (PADILHA, 2009).

Segundo Costa (2009), a autonomia da instituição pública de ensino pode ser traduzida na escola pela construção da proposta pedagógica, prevista na LDB 9.394/96, quando assegura a participação de alunos, professores, pais, funcionários e demais interessados pelo desenvolvimento do trabalho.

Para acompanhar o desenvolvimento da prática educativa, do processo ensino e aprendizagem, é que existe, no entender de Costa (2009), o Conselho Escolar, cuja função político-pedagógica se expressa no olhar comprometido desenvolvido durante todo o processo educativo, tendo como foco a aprendizagem expressa pelo planejamento, implantação, implementação e avaliação das ações da escola. Como parte desse acompanhamento, o Conselho Escolar deve participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) num processo permanente de acompanhamento e avaliação.

A Secretaria Municipal de Educação sempre orienta e capacita os profissionais da escola.

A direção ainda é feita por indicação do órgão mantenedor, mas especificamente nessa nova gestão foi levado em consideração o trabalho feito pelos diretores nos anos anteriores.

Quanto à distribuição dos professores, é feita uma análise do perfil de cada um e ele é direcionado à turma mais adequada ao seu perfil.

A escola conta com o professor eventual, cargo para o qual é feito um rodízio a cada ano.

O desempenho de todos os profissionais é avaliado anualmente pela direção e pelas pedagogas, assim como a direção é avaliada pela Secretaria Municipal de Educação.

O colegiado existe, e sempre há uma participação da maior parte dos componentes dele.

A escola recebe uma verba mensal (PME) para manutenção da escola, e uma anual do governo (PDDE), as duas são submetidas à aprovação do colegiado quanto à forma de utilização. A prestação de contas se dá em reuniões do colegiado e é amplamente divulgada dentro da escola para que o processo aconteça de forma transparente e acertada.

A prestação de contas é feita também à Secretaria Municipal de Educação, mediante notas fiscais e cópias de cheques.

7 – RELAÇÕES DE TRABALHO

No âmbito escolar, a convivência escolar é de suma importância, sendo assim, as relações de trabalho devem ser pautadas pelos princípios de respeito e solidariedade e de acordo com certos direitos e deveres para o bom andamento das tomadas de decisões. Com isso, organizamos a importância do quadro de funcionários como uma rede social, que propicie a gestão democrática pelos dirigentes escolares.

Segundo Santos (2008), organizar o trabalho pedagógico em escola pública não é uma tarefa fácil. É algo abrangente, que requer uma formação de boa qualidade, e exige do gestor um trabalho coletivo que busque a autonomia, a liberdade, a emancipação e a participação na construção do projeto político-pedagógico. Numa gestão democrática, o gestor precisa saber trabalhar os conflitos e desencontros, ter competência para buscar novas alternativas que atendam aos interesses da comunidade escolar, compreender que a qualidade da escola depende da participação ativa de todos os membros da equipe, respeitando a individualidade de cada um e buscando nos conhecimentos individuais novas fontes de enriquecer o trabalho coletivo.

Lück (2007) afirma que o exercício contínuo da liderança em todos os momentos e segmentos da escola é condição fundamental para a qualidade da aprendizagem e formação dos alunos, constituindo em característica do trabalho dos educadores e, sobretudo, dos gestores escolares. Pela liderança, o gestor mobiliza, orienta e coordena o trabalho de pessoas para usarem seus conhecimentos na realização de ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

Na escola os profissionais trabalham em prol do aluno, tentando sempre dar-lhe uma educação diferenciada e de qualidade. E com isto, tem-se garantido uma relação de trabalho sempre pautada na convivência, construída de forma coletiva de todo membro escolar.

A relação diretor e professor é muito aberta e sempre que possível democrática, onde todos opinam. Já o relacionamento entre professor, família, aluno e escola é ótimo, porque temos como objetivo o nosso aluno. Fazemos o melhor para ele juntamente com os pais.

Segundo De Paula e Schneckenberg (2008), o gestor deverá estar ciente do seu papel administrativo, que deve ter uma dimensão política com ação participativa. Trata-se de um líder que estimula cada membro para que possam executar trabalhos com a colaboração de todos, substituir o verbo “faço” por “fazemos”, valorizando o potencial de cada pessoa, num consenso de ideias, através de diálogos com opiniões diversas, mas com objetivo comum, que é o de obter resultados satisfatórios para a instituição como um todo. Os líderes são os responsáveis pela sobrevivência e pelo sucesso de suas organizações. As autoras chamam de liderança a dedicação, a visão, os valores, a integridade que inspira os outros a trabalharem conjuntamente para atingirem metas coletivas. A liderança eficaz é identificada como a capacidade de influenciar positivamente os grupos e de inspirá-los a se unirem em ações comuns coordenadas.

Costa (2009) argumenta que através de uma autonomia conquistada, a tomada de decisão consistente favorece mudança em todo espaço escolar e em particular na sala de aula, local onde se efetiva a prática do ensino e da aprendizagem, partindo de uma determinada organização e do planejamento que prevê novas possibilidades. Na tomada de decisão coletiva, na qual todos têm voz e vez de forma organizada, o ambiente, mesmo permeado de conflitos, favorece a troca de ideias, opiniões, debate, confronto de argumentos e uma construção mais sólida do que se almeja, pois permite a compreensão e a incorporação do pensamento de muitos sujeitos. “Isso implica na construção do consenso, do diálogo e do respeito pelo outro, permitindo o entendimento de determinadas ações, mesmo diante de divergências e conflitos” (COSTA, 2009, p. 87).

Quando há algum conflito tentamos resolver com conversas tranquilas e tendo em mente que somos profissionais. Lembramos a cada dia que trabalhamos com seres humanos e devemos respeitá-los.

A prefeitura oferece cursos e seminários periódicos para a capacitação de todos os professores da rede municipal de ensino, abordando os temas que ajudam os professores na sua prática diária.

8 – AVALIAÇÃO

A aprendizagem resulta de um processo interativo e dinâmico que ocorre quando o aluno constrói o conhecimento. Esse modelo interativo comporta uma prática avaliativa inerente ao próprio processo de construção do conhecimento, com o objetivo de acompanhá-lo. É, ao mesmo tempo, dinamizadora das construções do aluno e reguladora da sua aprendizagem.

Segundo Rocha (1999), como todo ser humano, o aluno é um projeto em construção, portanto sua vida é uma dinâmica de desenvolvimento gradual e progressivo. Essa dinâmica, porém, não é igual para todos. O processo de desenvolvimento individual depende das características pessoais, do contexto sociocultural, e de estímulos apropriados. Esse conjunto fatores faz com que, dependendo da situação, alguns alunos apresentem desenvolvimento similar e, em outras, um ritmo diferenciado. O conhecimento constitui um conjunto de formulações construídas pelo aluno ao longo de sua vida, nos processos de interação com o mundo natural e nas relações sociais.

A avaliação tem um papel importante na melhoria da qualidade do ensino, pois é um instrumento que visa obter informações sobre o nível de aprendizagem dos alunos, ou seja, o que eles aprenderam e o grau de dificuldade de aprendizagem como: leitura, escrita, atenção, fala e até mesmo socialização.

Neste sentido, a avaliação será feita observando as propostas do projeto pedagógico da Escola Municipal Deraldo José de Sousa. Primeiramente, a avaliação deverá ser vista como processo fundamental interno onde possam desenvolver atividades em equipe, debates, seminários e testes.

E por último, a avaliação será contínua, cumulativa, e processual visando à concretização do processo ensino-aprendizagem do aluno sujeito do processo. Com isto, a avaliação não poderá ser restrita apenas ao julgamento do sucesso ou fracasso da criança e ser compreendida como um conjunto de atuações que tenham de alimentar e orientar a intervenção pedagógica.

Para alcançarmos tal objetivo, a concretização dessa avaliação se dará da seguinte forma:

- a) A avaliação da educação infantil é diária.

b) Os resultados da avaliação serão registrados bimestralmente num diário de classe

Vale ressaltar, no que se refere à avaliação, será levado em conta que não se trata de avaliar o aluno, mas sim as situações de aprendizagem que lhe foi oferecida, pois, as expectativas em relação à aprendizagem da criança deverão estar sempre vinculadas às oportunidades e experiências que foram oferecidas a ela.

Neste sentido, o processo de avaliação integral do aluno acontecerá em todo o momento, nas brincadeiras, nas atividades de sala, nos trabalhos em grupo, na disciplina e nos gestos; sendo que, será registrado através de um relatório pedagógico da escola, em busca do desenvolvimento pedagógico e institucional.

A escolha da forma de avaliar o rendimento do aluno deve ser muito bem pensada e planejada para que o aluno não veja a avaliação como uma forma de punição, e sim como uma consequência natural de sua aprendizagem. Segundo Araújo (2007), isso significa diversificar materiais e estratégias de ensino e também o modo de avaliar. É preciso criar o vínculo, o partilhar um projeto, a admiração, a curiosidade, a autoridade (não o autoritarismo), o desejo de aprender, a competência, a ética, o respeito.

Infelizmente, vários alunos executam suas tarefas de casa de modo precário ou não fazem.

Segundo Rocha (1999), como todo ser humano, o aluno é um projeto em construção, portanto sua vida é uma dinâmica de desenvolvimento gradual e progressivo. Essa dinâmica, porém, não é igual para todos. O processo de desenvolvimento individual depende das características pessoais, do contexto sociocultural, e de estímulos apropriados. Esse conjunto fatores faz com que, dependendo da situação, alguns alunos apresentem desenvolvimento similar e, em outras, um ritmo diferenciado. O conhecimento constitui um conjunto de formulações construídas pelo aluno ao longo de sua vida, nos processos de interação com o mundo natural e nas relações sociais.

O processo de avaliação ainda está um pouco distante do ideal colocado pelos autores, pois ainda temos professores que relutam em considerar a vivência anterior do aluno e o que ele traz de casa e até mesmo da avaliação diária, prendendo-se ainda nos currículos engessados de que fizemos parte por vários

anos. Apesar de muitos textos e propostas; existe ainda a cobrança pelo currículo fechado e a pressão por resultados como o do Inep por exemplo.

A mudança da forma de avaliação é fundamental para que deixe de atrapalhar a prática pedagógica e ajude a qualificá-la. Através de uma avaliação autêntica, o professor pode exercer sua atividade com amorosidade crítica, localizar efetivamente onde está o problema e lutar para superá-lo (inclusive nele mesmo: auto avaliação), cumprindo a função radical da avaliação de aumento de potência de vida dos educandos e dos educadores. (VASCONCELLOS, 2005).

Segundo Méndez (2005) para que a avaliação feita em sala de aula cumpra uma de suas funções básicas que é a função formativa, o professor deve avaliar levando em conta aquele que está aprendendo. Por isso é tão importante que, antes de avaliar, ele se pergunte a serviço de que e a serviço de quem está a sal avaliação, quem se beneficia com a avaliação que se faz desses alunos concretos. Se não está a serviço de quem aprende, o que significa também estar a serviço de quem ensina, este exercício de formação e de aprendizagem simplesmente se limitará ao exercício de controle, ao exercício de poder, de menções pouco favoráveis à aprendizagem.

Desta maneira é necessário um grande empenho para que esta proposta funcione de forma efetiva e produza o resultado esperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, podemos perceber a importância em se ter autonomia na escola. A construção de um Projeto Político Pedagógico significa estabelecer um espaço de liberdade e de responsabilidade para que professores, coordenadores, gestores e toda comunidade escolar possam elaborar seu próprio plano de trabalho, definindo seus rumos e planejando suas atividades de modo a corresponder às expectativas da sociedade. A autonomia permite à escola a construção de sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torna sujeito histórico de sua própria prática.

Um Projeto Político Pedagógico com o objetivo de construir e assegurar a gestão democrática se caracteriza por sua elaboração coletiva não se constituindo

em um plano individual apenas construído dentro de normas técnicas para ser apresentado às autoridades superiores.

Na verdade, o Projeto Político Pedagógico, expressa a cultura da escola, carregada de crenças, valores, significados, modos de pensar e agir das pessoas que participaram da sua elaboração.

A Escola Municipal Deraldo José de Sousa, ao desenvolver o seu Projeto Político Pedagógico planeja suas decisões de forma coletiva e democrática buscando dar a ela uma direção e uma melhor organização interior.

Assim sendo, o projeto orienta a prática de se produzir uma realidade. Sendo necessário, para isso, primeiramente conhecer essa realidade, para em seguida refletir sobre ela, para só depois planejar as ações para a construção da realidade desejada. É imprescindível que, nessas ações, estejam contempladas as metodologias mais adequadas para atender às necessidades sociais e individuais dos educandos.

A participação efetiva de pais, professores, alunos e funcionários na discussão, elaboração e implementação do PPP evita a fragmentação do processo educativo, garantindo o tratamento da prática pedagógica na sua totalidade.

9 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Carlos Henrique. O papel da avaliação. **Revista Nova Escola**. Ano XXII, nº. 199 São Paulo: Editora Abril, jan/fev, 2007.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para educação infantil**. Brasília, DF: MEC, 1998.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n. 100 - Especial p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>.

Costa, Vilze Vidotti. **O trabalho do pedagogo nos espaços educativos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DE PAULA, Roseli Lopes, SCHNECKENBERG Marisa. **Gestão escolar democrática: desafio para o gestor do século XXI** Revista Eletrônica Lato Sensu – Ano 3, nº1, março de 2008. ISSN 1980-6116. <http://www.unicentro.br> - Ciências Humanas. Disponível em http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/3%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Humanas/PDF/16-Ed3_CH-GestaoEscol.pdf.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FREIRE, Reinaldo Matias, **Educar Para Quê?** 6ª Edição, São Paulo: Cortez; 1992.

LIMA, Elvira S. **Memória e Imaginação**. São Paulo, Editora Sobradinho 107, 2004.

_____. **Neurociências e Aprendizagens**. São Paulo, Editora Sobradinho 107, 2004.

_____. **Desenvolvimento e Aprendizagem na escola: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos**. São Paulo, Editora Sobradinho 107, 1998.

LÜCK, Heloísa. A liderança na escola com foco na promoção da aprendizagem. **Revista Gestão em rede**, n. 81. Brasília: consed, 2007.

MENDEZ, Juan Manuel Alvarez. **Pátio Revista Pedagógica**. Ano IX, nº. 34. Porto Alegre: Artmed Editora S.A.2005.

PADILHA, Paulo Roberto. Currículo intertranscultural e práticas transdisciplinares. **Revista Direcional Educador**, ano 5, ed. 49. São Paulo: Grupo Direcional, fev 2009. p. 14-17.

PIAGET, Jean. **Para Onde Vai a Educação?** Trad. Ivete Braga. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1973. Disponível em: <http://www.escoladomjoabecker.com.br/administrativo/-proposta-politico-pedagogica.html?start=15>

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky** Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação. 15ª edição.

ROCHA, Maria Constança Dutra (Org.) **Escola Sagarana. Educação para a vida com dignidade e esperança.** Coleção Lições de Minas – Volume III. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1999.

SANTOS, Adriana Regina de Jesus. **Currículo, conhecimento e cultura escolar.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Escola e currículo.** Curitiba: IESDE, 2006.

A LDB (LEI Nº934/96), em seu artigo 12 & I e no art. 14 & I E II

RIBEIRÃO DAS NEVES, Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Orientações Pedagógicas da Rede Municipal de Ribeirão das Neves. Ensino Fundamental – Básica I. 2008

RIBEIRÃO DAS NEVES, Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Regimento Escolar Ensino Infantil e Ensino Fundamental. 2011 Título IV Cap. I a VII. Pag.09 A 28

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. A avaliação e o desafio da aprendizagem e do desenvolvimento humano. **Pátio Revista Pedagógica.** Ano IX, nº. 35. Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2005.